

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL AMPLIADA

Tiago Soares Alves¹

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão crítica acerca de uma vivência de formação no curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. É tempo de falarmos em extensão no cotidiano acadêmico, no currículo, nas grades horárias, ou seja, na vida acadêmica do estudante que, por ventura, venha a se submeter a uma formação que se pretende ampliada ou orientada pelos pressupostos da educação crítica, progressista. Nesse sentido, a questão proposta é: como um currículo que não parte do princípio da articulação com as diversidades expressas na sociedade pode se pretender diretriz de uma formação voltada para a realidade social? Isto porque, a partir da análise de uma vivência acadêmica, podemos perceber que extensão é espaço de formação e que, por isso, deveria ocupar lugar como componente curricular universitário.

PALAVRAS-CHAVE: práxis extensionista; Tapuirama; formação acadêmica.

Introdução

No contexto de construção de uma sociedade que busca transformar a realidade social de forma democrática, crítica e construtiva, mediante um processo coletivo de organização, mobilização e de ação transformadora, o papel da universidade pública adquire um significado especial.

Acreditamos que a universidade deve interagir dialeticamente com todos os segmentos da sociedade e, em especial, com aqueles movimentos sociais que lutam pela implementação de políticas de direitos humanos pautadas pela lógica de uma inclusão social de natureza emancipatória. Isto gera a busca de ruptura com os diferentes mecanismos de natureza instrumental, social e comunicativa, que causam e mantêm a opressão de uns contra outros.

Porque percebemos o mundo e suas práticas sociais como processo crítico de inter-relacionamento, também percebemos que a **extensão universitária** representa um processo acadêmico vinculado à formação ampliada do cidadão, à produção e ao intercâmbio de conhecimentos que visem à transformação da realidade social. A extensão articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável por meio de um trabalho inter e transdisciplinar capaz de favorecer uma visão global das questões sociais. Nesse sentido, conforme relatório elaborado pela Comissão de Política de Extensão indicada pelo Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia - CONSEX/UFU - , biênio 2002 a 2004, para fundamentar a apresentação de uma política para essa atividade fim, as funções da práxis extensionista de uma universidade pública são dialogar criticamente com as comunidades, escutando suas demandas, incorporando os seus problemas no processo de produção de conhecimento socialmente relevante; [...] desenvolver práticas pedagógicas na perspectiva de contribuir, principalmente, para o acesso de populações excluídas aos bens culturais, científicos, econômicos e tecnológicos, valorizando os saberes oriundos dessas populações nos processos coletivos de análise e transformação da realidade.

Para nós, a formação profissional significa muito mais do que uma simples assimilação de conhecimentos técnicos de determinada área do saber humano. Representa a promoção do envolvimento crítico e compromissado do sujeito na construção do conhecimento e nos processos de resolução de problemas associados aos mundos do trabalho, sócio-político e da comunicação

¹ Licenciando em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia.

humana.

O sujeito, nesse sentido, coloca-se como ser social com autonomia para participar da construção de sua própria realização humana a partir de uma abertura para o diálogo, para a contradição e para o debate com outros sujeitos de saberes, com a finalidade de compartilhar, de fato, das lutas pela transformação social em direção à emancipação individual e social. Agindo assim, estaria esse sujeito fazendo uma opção contrária à da busca da felicidade mediante o atendimento restrito de necessidades sócio-econômicas e culturais, pautadas na prática do individualismo e na inserção competitiva no mercado de trabalho.

Nesse sentido, o presente artigo traz uma reflexão crítica acerca de uma vivência de formação inicial no curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e discute a extensão universitária como espaço de formação acadêmica e voltada para a transformação da realidade. A partir da descrição de um conjunto de dificuldades e contradições percebidas durante o desenvolvimento desse curso, bem como do diálogo estabelecido com várias áreas de conhecimento que permearam a nossa formação, pretende-se, neste trabalho, socializar questões que foram levantadas e enfrentadas, na qualidade de estudante, na busca de uma identidade condicente com os nossos anseios e aspirações de formação pessoal e profissional.

O drama de um estudante universitário: por uma formação ampliada no contexto de uma universidade com fortes traços conservadores...

Ao ingressar na universidade pública, tivemos dificuldade, de início, para perceber qual seria a identidade curricular do nosso curso de graduação, principalmente quando decidimos comparar, em primeira instância, a realidade vivida no interior desse curso, com o perfil sócio-profissional apresentado no guia do estudante.

Em outras palavras, poucos meses de aula bastaram para perceber que um curso de graduação não reflete de forma linear e homogênea aquilo que propõe como perfil profissional. Isto ocorre devido a uma série diversificada de interesses, vocações e dinâmicas de ensino-aprendizagem, as quais terminamos caracterizando como áreas de conhecimento em confronto pelo saber, pelas práticas e pelos diferentes sentidos e significados atribuídos, neste caso, à prática da profissão Educação Física.

Nesse contexto de formação, nos deparamos com a descoberta, ou simples constatação, de que, no curso de graduação, existe, de fato, em determinadas áreas de conhecimento, uma forte **dicotomia entre a teoria e a prática**, a qual se manifesta, dentre outros aspectos, por um enorme distanciamento entre o saber por nós apreendido e a realidade concreta.

Contradição esta que incide, diretamente, no processo de definição de nossa postura político-pedagógico-profissional, na delimitação do espaço de atuação profissional que provavelmente escolheremos como prioridade ao final do curso e nas relações inter-pessoais que vivenciamos, durante o curso, com os envolvidos no cotidiano acadêmico.

Entretanto, descobrir que a universidade não se limita, unicamente, ao ensino ministrado em sala de aula, nos possibilitou perceber que o tripé ensino, pesquisa e extensão se articula indissociavelmente no nosso processo de formação, quando passamos a participar, ativamente, de projetos associados a tais atividades fins no nosso cotidiano acadêmico.

Diante da insatisfação encontrada entre aquilo que o curso prometia como espaço de formação e a sua vivência cotidiana, procuramos, no movimento estudantil, conhecer mais a respeito da universidade, seus problemas, seus limites e possibilidades de oferta de formação ampliada para o corpo discente.

Foi neste espaço, curiosamente descoberto por nós como espaço de formação, que identificamos o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão contido no

debate sobre a universidade pública.

Sentindo a necessidade de vivenciarmos este princípio na prática, como parte de nosso processo de formação, providenciamos, então, a nossa inserção em projetos de pesquisa e de extensão universitárias, por meio da identificação de docentes/companheiros que, de alguma forma, tinham afinidade com os nossos anseios políticos, científicos e pedagógicos, ainda em construção.

Durante a nossa formação, não seguimos o primeiro passo de ampliação da experiência educacional, que é a pesquisa, o caminho que, geralmente, é seguido por aqueles que procuram ir além do conteúdo curricular obrigatório e conseguem ser selecionados nos programas de iniciação científica.³ A primeira dificuldade encontrada foi a falta de professores com produção científica e atuação pedagógica nas áreas que procuramos investigar: formação profissional nas áreas da Educação e da Educação Física voltadas para a classe desfavorecida.

Outro impedimento para o ingresso na iniciação científica foi a falta de identificação com área determinada institucionalmente e que pertencesse ao quadro de minha graduação. A Educação Física, que, durante os meus primeiros passos acadêmicos, descobri ser uma Ciência Humana (área de Educação), estava colocada, por referência nacional, dentro da área da Saúde (pelo Cnpq e Fapemig), resultando que não conseguimos identificar nosso projeto de modo a adequá-lo aos critérios estabelecidos para que o mesmo fosse aprovado. Quando pudemos apresentá-lo, não mais pelo critério acima tratado, esbarramos em outro obstáculo, a saber, a falta de verbas para atendimento de todo o universo de pesquisa apresentado como demanda. Ocorreu que nosso projeto não foi contemplado pelo programa naquela oportunidade.

Diante desse trajeto, não muito bem sucedido, e já no contexto de atuação nos movimentos sociais - nossa inserção se dava a partir do movimento estudantil -, tivemos que nos aventurar em outras unidades acadêmicas (realizando monitorias e disciplinas em outros cursos), outros locais de produção de saberes na área de Educação, cujo caminho achamos essencial para a busca de uma formação ampliada. Nesse momento, encontramos a possibilidade da extensão universitária.

Um caso de amor com a extensão: nossa formação voltada para a Educação Popular

A resistência que encontramos em adentrar no campo da pesquisa não se repetiu em relação à extensão. Foi na extensão que identificamos os pressupostos acadêmicos da universidade com o nosso projeto de vida, que se pauta, justamente, da luta a favor dos excluídos tanto do sistema educacional quanto da própria sociedade brasileira.

Na Extensão, começamos a sentir dificuldades (como a necessidade de articular teoria e prática, trabalhar coletivamente de modo a incluir pessoas e idéias etc.), mas também a conviver com pessoas de diferentes saberes, no entanto, princípios e vontades semelhantes, a saber, a luta pela construção de uma sociedade democrática e **inclusiva**.

A partir da nossa experiência no projeto de extensão desenvolvido no Distrito de Tapuirama,⁴ descobrimos a existência de palavras que não faziam nenhum sentido para nós quando ditas em sala de aula. Começamos a perceber e entender um dado significado atribuído a certas palavras como: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Conseguimos identificar como é indispensável o estabelecimento desses princípios enquanto referenciais de formação ampliada e, principalmente, enxergar que, muito além de uma questão teórica, tal relação de conteúdos acadêmicos era, de fato, uma questão prática, ou melhor, de **práxis pedagógica**.

No processo de implementação de estratégias contemporâneas de ensino, chega-se a um momento em que os professores precisam discutir junto com seus alunos a preparação do processo pedagógico, a fim de dar suporte ao trabalho coletivo. Considera-se que, diante dos desafios postos no mundo contemporâneo para a ciência e a educação, não cabe mais a prática do individualismo na prática educativa nem ao professor pensar suas disciplinas/cursos isoladamente, em sua casa (MUÑOZ PALAFOX, 2004, p. 2).

O **trabalho coletivo**, não simplesmente teorizado, mas totalmente vivenciado, foi a chave para uma compreensão do papel acadêmico da extensão. A interdisciplinaridade foi incrivelmente vivenciada na ação extencionista na medida em que estudantes e orientadores de diferentes áreas assumiram a necessidade de trabalhar os conteúdos distintos para uma meta em comum - como ocorreu durante a realização de um projeto focado na temática horta e saberes fitoterápicos, no distrito de Tapuirama.

Tal projeto, intitulado **Tapuirama: alternativas de desenvolvimento sustentável**, iniciou-se em 2003. Elaborado pela equipe UFU Cidadã, contou com a participação de estudantes, professores e técnicos da UFU, com as parcerias da Prefeitura Municipal, Associação de Moradores do Distrito, das escolas locais, com o apoio do Governo Federal mediante Conselho da Comunidade Solidária do Ministério da Educação. As áreas envolvidas no projeto foram: Saúde, Educação, Produção Animal e Vegetal, Meio Ambiente, Economia, Administração, Direito, Cultura e Lazer. O mesmo contou com cursos de qualificação na comunidade e curso intensivo sobre horta fitoterápica.

Dentre os objetivos do projeto, cabe destacar que o mesmo procurou estabelecer estratégias de trabalhos na perspectiva de formação humana baseada no cooperativismo e associativismo, visando gerar renda e emprego para comunidade. Na sua execução, foram desenvolvidas práticas pedagógicas fundamentadas na troca de saberes sempre partindo dos conhecimentos locais e do princípio da valorização da cultura dos(as) moradores(as). Isso significa que, além do plantio da horta comunitária e do plantio das plantas medicinais, foram desenvolvidas atividades socioeducativas nas áreas da educação, saúde, meio ambiente e lazer.

Os registros das informações adquiridas em momentos de reuniões com os(as) moradores(as), como foi o “Momento do Chá”, serviram para catalogarmos dados referentes a ervas fitoterápicas locais e depois construímos, coletivamente, uma cartilha intitulada *Plantas Medicinais: a tradição que cura*.⁵ Nesta cartilha, descrevemos as plantas registradas conjuntamente com a população local e apresentamos a finalidade de uso e efeitos das plantas.

No nosso caso, convivemos com estudantes de diversos cursos (Biologia, Agronomia, Odontologia, Pedagogia, Química, Educação Física etc), e tivemos que desenvolver ações e **planejamentos** coletivos durante todos os meses em que estivemos presentes nas comunidades atendidas pela extensão.

Ficava cada vez mais claro, durante o processo de organização coletiva das atividades de extensão, que ao darmos um salto qualitativo, na perspectiva de construirmos ações concretas e coletivas que contribuam com a comunidade, conseguimos nos inter-relacionar diante dos diversos saberes, o que promoveu a **síntese** necessária para a realização do projeto.

Extensão como componente curricular: um ponto de partida concreto

Pensamos na seguinte questão: **como um currículo que não parte do princípio da articulação com as diversidades expressas na sociedade pode se pretender diretriz de**

uma formação voltada para a realidade social?

É tempo de falarmos em extensão no cotidiano escolar, no currículo, nas grades horárias, ou seja, na vida acadêmica de todo estudante que, por ventura, se submete a uma formação que se pretende ampliada ou orientada pelos pressupostos da educação crítica, progressista.

O voluntarismo presente nas motivações de quem se inicia na extensão e a “marginalidade” da mesma dentro da universidade nos motivam a defender propostas curriculares que darão o devido lugar a ela nos planejamentos que a oficializem enquanto espaço de formação. Mesmo assim, ainda é preciso fundamentá-la, não somente com matrizes teóricas bem definidas, mas apresentar experiências concretas de formação e de formadores que exerçam de fato a extensão.

Na verdade, com pressupostos concretos, fica difícil alguém tentar desviar o rumo da discussão para uma linha menos propositiva. Lembrando que a aproximação da universidade com segmentos da sociedade detentores do saber popular tem apresentado novos campos de investigação em várias áreas do conhecimento. Tudo isso veio ampliar o campo de intervenção da universidade, principalmente em áreas fundamentais para a preservação da vida humana.

A experiência de extensão universitária contribui pra intensificar este processo na medida em que promove relações estreitas e imediatas com grupos sociais definidos, cujas aspirações com relação ao papel da universidade permitem compreender melhor as potencialidades e limitações da Instituição Universitária (NOGUEIRA, 2000, p.104).

Estudantes que procuram devolver para a sociedade (desfavorecida) pelo menos parte do investimento que a mesma deposita neles, durante anos, podem, com certeza, sinalizar a diferença existente entre a formação que se abre para a sociedade e aquela que se limita aos muros da universidade. A prática desses estudantes frente os desafios que lhe são colocados no processo de desenvolvimento de seus “currículos ocultos”, e até mesmo a prática profissional dos mesmos pós-formados, pode e deve ser encarada como um termômetro da qualidade da formação profissional de ensino superior.

A partir da análise da prática de formação ou da prática pedagógica/profissional, daremos um salto qualitativo no sentido de definirmos rumos novos e concretos para a educação superior de nosso país.

Nesse sentido, basta, para aqueles que se propõem a traçar esses rumos e que estão a frente dessas discussões/deliberações, voltar os olhos para quem realmente pode apresentar o *status* de uma ou de outra formação. Não se trata apenas do sistema de ensino, do corpo docente e de carreiras, trata-se de olhar para quem está recebendo a formação, ou seja, o corpo discente. Também é necessário analisar as instâncias que desenvolvem programas de formação acadêmica com atividades de extensão e que implementem trabalhos sérios na perspectiva de **defrontar o aluno com a realidade social na qual ele se insere e para qual ele deve se qualificar.**

Extensão é espaço de formação

Por meio da extensão universitária, o estudante pode visualizar momentos que lhe seriam furtados sem esta experiência, e refletir a respeito da relação teoria e prática, indissociabilidade ensino/ pesquisa/ extensão e relação universidade e sociedade.

Questões postas durante o seu processo de produção de conhecimento na universidade e o conhecimento dos fatores que as geram são fundamentais para a construção de um sujeito que saiba se posicionar diante de tais condicionantes. Questões como desigualdade social, segmentação de classes, direitos ao lazer/saúde/educação, exclusão e auto-exclusão social, e o

processo que as desencadeia, tomam corpo em sua realidade a partir da sua relação com cada ser social com o qual ele pode se envolver e de seu momento de interação com a comunidade fora dos muros da universidade.

Poderíamos, mesmo correndo o risco da pretensão, dizer que, na experiência de extensão, com certeza, são amalgamados tais aspectos de formação universitária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Sem supervalorização da extensão, e sem atribuir a ela qualquer tipo de “salvacionismo”, é possível imaginar que ela seja uma área propícia à divulgação de idéias novas para públicos não universitários e, mais ainda, à co-produção de idéias novas, junto a comunidades e atores sociais (THIOLLENT, Apud MUÑOZ PALAFOX, 2004, p. 1).

É claro que isto passa por uma compreensão diferenciada do que seja educar - a qual talvez seja pouco compreendida pelas gestões de ensino mais conservadoras, que preservam a predominância da sala de aula no processo de ensino-aprendizagem e que fragmentam ou desmontam a realidade social quando selecionam conteúdos curriculares. Os estudantes que, depois de formados, (re)montarão uma outra realidade, com a qual terão que conviver e enfrentar, embora afastados dela durante o tempo na universidade.

Estar indiferente a essa falha da formação universitária atual significa rejeitar a contribuição da universidade quanto aos rumos da organização da sociedade. O grau de envolvimento da universidade no âmbito científico, técnico e político, por certo, pode interferir nos rumos políticos da sociedade, fornecendo contribuições valiosas acerca de sua realidade econômica, política e social.

Diante disso, não se trata de nenhum devaneio apresentar o espaço da extensão como um espaço de construção e divulgação de saberes e, na nossa visão, de produção de conhecimentos de forma coletiva, recusando o abismo que se coloca na relação dos saberes acadêmicos e dos saberes populares. Como aponta Thiollent, é preciso compreender a extensão como,

[...] um campo de experimentação onde se organizam, coletivamente, projetos sociais de intervenção crítica com a correspondente produção de pesquisa voltada para questões que afetam o cotidiano social e os processos de formação profissional (THIOLLENT, apud MUÑOZ PALAFOX, 2004, p. 9).

Nessa perspectiva, defendemos também que nesse espaço de formação conseguimos identificar a promoção da tão proferida indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão. Experiências como a desenvolvida no distrito de Tapuirama e descrita anteriormente - um caso concreto de materialização deste princípio na vida e na formação humana desse estudante de graduação - refletem, diretamente, na identidade política e no paradigma educacional da instituição de onde emergem experiências semelhantes.

Quando nós, estudantes, temos a oportunidade de enxergar o nível de aproximação existente entre o(s) discurso(s) dos professores e a prática verificável dessas teorias; quando nós verificamos que a metodologia(elitizada) de ensino que nos foi apresentada não serve para todas as crianças e comunidades, mesmo que ensinada desta forma, percebemos que participamos de um processo de aprendizado e, não menos, também de formação humana durante, mediante e para a Extensão Universitária, admitindo esta como parte da identidade de qualquer universidade pública brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUÑOZ PALAFOX, Gabriel H. *Caminhos da produção do conhecimento em Educação Física Escolar no Brasil*. Anais do IV Congresso Goiano de Ciências do Esporte. Goiânia: CBCE/GO, 2004.

MUÑOZ PALAFOX, Gabriel H. e NOVAIS, Gercina Santana. *A interdisciplinariedade e seus problemas conceituais: implicações pedagógicas no cotidiano escolar*. Jornal do PROCAP – Fase Escola Sagarana, Belo Horizonte: Secretaria de Educação, Agosto, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. (org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Relatório da Comissão de Políticas de Extensão**. Uberlândia: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, 2004.